

Objetivo: O objetivo deste estudo é analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado de São Paulo, identificando quais os grupos de maior vulnerabilidade para esta doença.

Método: Trata-se de uma revisão narrativa, selecionando artigos dos últimos 5 anos na base de dados LILACS, Scielo e o Boletim Epidemiológico de Sífilis 2023. Foi utilizado como critério de inclusão artigos que discutiam o perfil epidemiológico da sífilis congênita e gestacional no Brasil e no Estado de São Paulo.

Resultados: No Brasil de 2017 a 2022 foram notificados 537.401 casos de sífilis gestacional, destes 44,0% evoluíram para sífilis congênita. Já em 2022 houve 83.034 casos em gestantes com a doença, atingindo uma taxa de incidência de 32,4 casos/1.000 nascidos vivos (NV). Dados mais recentes evidenciam que no Estado de São Paulo em 2022 foram notificados 18.702 casos na gestação (36,5/1.000 NV) com 24,0% evoluindo para infecção transplacentária (8,9/1.000 NV). Número ainda bem distante da meta estabelecida pela OMS de 0,5/1.000 NV. Houve maior incidência de sífilis congênita em filhos de mães com idade entre 20 e 29 anos (58,9%), seguida de mães adolescentes de 10 à 19 anos (19,0%), em sua maioria autodeclaradas pardas. A classificação do item escolaridade sofreu interferência de análise, pois 30% das fichas preenchidas tiveram este item ignorado. Como fator de risco para sífilis congênita o não tratamento da parceria sexual, item este não mais obrigatório para classificação de sífilis adequadamente tratada, além da não adesão ao uso de preservativo favorecendo a reinfeção e o aumento das chances de transmissão transplacentária.

Conclusão: Evidencia-se alta incidência de sífilis congênita no estado de São Paulo, onde o grupo de maior vulnerabilidade são mulheres jovens, autodeclaradas pardas com parcerias sexuais não tratadas. Sendo identificado a grande importância do preenchimento adequado das fichas de notificação, para que haja a possibilidade de um melhor detalhamento das características epidemiológicas da doença, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de medidas preventivas contra tal afecção.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104214>

EP-308 - TENDÊNCIAS TEMPORAIS NAS ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICAS NO COLO DO ÚTERO RELACIONADAS À INFECÇÃO POR HPV: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (2014-2023).

Giovanna Marcelino

Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, SP, Brasil

Introdução: A infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) é a mais comum entre as infecções sexualmente transmissíveis, afetando aproximadamente 80% da população sexualmente ativa no mundo. Essa infecção está intimamente ligada às lesões precursoras do câncer cervical, resultando em alterações histopatológicas no colo do útero. A infecção pelos subtipos de alto risco, juntamente com o diagnóstico

tardio das lesões, aumentam o risco de desenvolvimento de neoplasias.

Objetivo: Este estudo visa realizar uma análise quantitativa e temporal das alterações histopatológicas no colo do útero no período de 2014 a 2023 no Estado de São Paulo.

Método: Trata-se de um estudo transversal e quantitativo, a partir da análise de dados do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN/DATASUS) sobre alterações histopatológicas no colo do útero entre 2014 e 2023 no Estado de São Paulo. Foram incluídos perfil étnico de pacientes e faixa etária de 10 a 79 anos e mais. Os dados foram analisados por meio dos softwares Jamovi e Microsoft Excel.

Resultados: Entre os períodos de 2014 a 2023, foram notificadas 20.658 alterações histopatológicas no colo do útero no Estado de São Paulo. A maior prevalência foi na faixa etária de 30 a 39 anos (32%), seguido pelo grupo de 20 a 29 anos (27,7%). A lesão precursora com maior frequência foi a NIC 1 (44,46%). O ano com maior incidência de alterações foi 2018, com 2.477 laudos. Em relação ao grupo étnico, pacientes brancas possuem maiores prevalências nas alterações cervicais histopatológicas, com 13.134 laudos (63,57%).

Conclusão: Observa-se que complicações graves relacionadas ao HPV possuem progressão lenta, logo, o diagnóstico precoce das alterações histopatológicas no colo do útero é crucial para prevenir o câncer cervical.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104215>

EP-309 - CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL.

Giovanna Nardoza Martinez Reis,
Heloísa Rodrigues Marmé, Laura Vale Farao,
Rubén Darío Soares Núñez,
Deborah Christine R. Soares de Núñez

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES),
Santos, SP, Brasil

Introdução: A população carcerária feminina enfrenta desafios como acesso limitado à educação, saúde e renda, contribuindo para altas taxas de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no ambiente prisional. A ausência de educação sexual adequada e os antecedentes das detentas, como histórico de alcoolismo, uso de drogas injetáveis, múltiplos parceiros sexuais e ocorrências prévias de ISTs, são fatores contribuintes. Nessa perspectiva, urge analisar o panorama epidemiológico do Brasil no que concerne a prevalência de ISTs no sistema prisional feminino, de forma a implementar estratégias preventivas eficazes.

Objetivo: Analisar o cenário epidemiológico das infecções sexualmente transmissíveis em contextos prisionais femininos no Brasil.

Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em abril de 2024, a partir das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scielo e PubMed. Para a busca foram estabelecidos os seguintes descritores: "Infecções Sexualmente Transmissíveis", "Prisioneiros" e